

DA IDENTIFICAÇÃO À CONTESTAÇÃO POR DIREITOS NO SÉCULO XIX: SUJEITO, IDEOLOGIA E DISCURSO DE NÍSIA FLORESTA SOBRE A EDUCAÇÃO DA MULHER

Erika Caroline de Oliveira Cavalcanti¹

Esta pesquisa visa analisar as condições de produção do discurso de Nísia Floresta sobre a defesa da educação da mulher no livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” no início do século XIX, como contribuição à constituição de direitos vigentes e ulteriores. O referido século no Brasil é marcado pela ascensão do governo imperial, contemporâneo a reivindicações como o abolicionismo, o feminismo, o nacionalismo, e tantas outras transformações de ordem mundial no contexto de desenvolvimento das ciências e mobilizações pela composição de direitos.

Assim, buscamos do século XIX, a autora e educadora Nísia Floresta em seu discurso inovador sobre direitos da mulher no Brasil imerso em uma crise econômico-financeira, conflitos e revoluções (ROSA, 2012, p. 72).

Floresta tem como nome de batismo “Dionísia Gonçalves Pinto”, nascida em 12 de outubro de 1810 em Papari no Estado do Rio Grande do Norte (Duarte, 2010, p.11). No entanto, passou a adotar pseudônimos em suas obras, dentre os quais “Nísia Floresta Brasileira Augusta” que é o mais conhecido e faz referência a sua história: “Nísia” é apelido de seu nome (Dionísia) e “Floresta” retoma o sítio onde nasceu, tendo acrescentado ainda “Brasileira” para enaltecer seu nacionalismo e “Augusta” em homenagem ao seu segundo marido com quem teve seus filhos (BARIÓN et al., 2017, p.1317).

Segundo Rosa (2012, p. 23), o uso de pseudônimos pelas escritoras daquela época deve-se a uma maneira de driblar as críticas de aversão e oposição a mulher que escrevesse. No entanto, a vida de Floresta foi vinculada à críticas e perseguições desde os 13 anos de idade quando foi casada e abandonou o marido, tempos depois retornando à casa de seus pais, passando a viver, a partir daí, sob ameaças do esposo por abandono do lar e acusação de adultério (BARIÓN et al., 2017, p. 1315). Diante deste fato, começaria sua trajetória.

Nísia colaborou com trinta números do jornal “Espelho das Brasileiras” do francês Adolphe Emille de Bois Garin, em 1831, dedicado às senhoras pernambucanas discutindo a condição da mulher e buscando retirá-la de uma posição de inferioridade social através da educação, isto em meio a ditos populares como “o melhor livro é a almofada e o bastidor” (BARIÓN et al., 2017, p. 1319).

De acordo com Duarte (2010, p. 16), a iniciativa de Nísia Floresta divulgada em suas obras fundamentou o exercício de sua função no magistério na cidade do Recife e em Porto Alegre, quando

¹ Doutoranda em Ciências da Linguagem, UNICAP. E-mail: erikacaroli@hotmail.com



iniciou essa atividade ainda jovem, além da “proposta filosófica e educacional do colégio que manteve no Rio de Janeiro, o “Colégio Augusto” para meninas (nome em homenagem ao companheiro já falecido) proporcionando importantes avanços para a educação daquele período.

Os títulos de “precursora, pioneira, à frente de seu tempo” são lembranças de seu legado em meio a resistências e perseguições, considerado por uma comunidade acadêmica que a estuda. Neste sentido, buscamos destacar o discurso de Floresta como alguém que estabeleceu uma interseção entre épocas do pensamento educacional, onde percebemos a voz solitária da mulher no século XIX, sujeita à execração da sociedade que a via perpetrada para funções domésticas e como adorno dos maridos. Daí os silenciamentos impostos e conservados para manutenção do *status quo* ou como forma de “driblar” as pressões sociais, onde algumas alternativas para as que se posicionavam publicamente contrárias a essas determinações eram os pseudônimos, por exemplo.

Em seu percurso como educadora, Floresta tornou-se autora de cerca de quinze (15) obras conhecidas e publicadas em português, francês, inglês e italiano, bem como artigos, ensaios, poemas e crônicas apresentando suas concepções de educação e sociedade, cujo “propósito de formar e modificar consciências perpassa quase todos os livros, que se unem em torno de um projeto coerente e consciente de alterar o quadro ideológico social” (DUARTE, 2010, p. 12).

O primeiro livro que deu a Nísia o reconhecimento de “precursora do feminismo no Brasil e na América Latina, pois não existem registros de textos anteriores realizados com essas intenções”, foi publicado em 1832, em Recife/PE, com o título “Direitos das mulheres e injustiça dos homens” quando a autora estava com apenas 22 anos de idade (DUARTE, 2010, p. 13), livro chamado por ela de tradução livre da obra “Vindications of the rights of woman”, da feminista inglesa Mary Wollstonecraft, onde aborda e defende os direitos que as mulheres deveriam ter, no que diz respeito a uma formação científica e oportunidades de ocupar cargos de comando, além de exigir respeito e o fim da postura de superioridade masculina e tratamento preconceituoso e discriminatório dado às mulheres (DUARTE, 2010, p.10), obra esta que utilizamos como corpus no presente estudo.

Para tanto, utilizamos a Análise do Discurso Francesa (AD) como aporte teórico-metodológico, uma vez que, ao sintetizarmos língua, discurso e sujeito, pela AD, retomamos em Michel Pêcheux a relação entre o funcionamento linguístico-histórico do sujeito do inconsciente constituído pela linguagem, que não é causa e origem de si mesmo, ou seja, retomamos o descrever de discursos que produzam sentido de natureza social, histórica e ideológica no imbricamento entre a língua, história e sujeito, conforme desenvolvido pelo pesquisador no final da década de 1960.

No procedimento metodológico, buscamos analisar os processos de identificação, contra-identificação e desidentificação das Formações Discursivas de Nísia Floresta sobre a educação de seu tempo e para posteridade, mediante sequências discursivas, a partir de Eni Orlandi e Freda Indursky, cujas discussões analíticas destacamos como referências da AD para nossa análise.



Com base nesse fundamento metodológico consideramos como teoria e procedimento de investigação a Análise de Discurso de linha francesa (AD), visto que esta orienta o analista a não buscar um controle da interpretação dos discursos, mas que a interpretação relacione “o que lê aos sentidos pré-construídos, ideologicamente pré-fixados” trabalhando a língua em relação ao exterior que a cerca (SOUSA, 2011, p. 50).

Nesse sentido, ao abordarmos os fundamentos da AD - a Linguística, a Psicanálise e o Materialismo histórico - temos, além da linguística com o estruturalismo de vertente saussureana e da Psicanálise lacaniana, a proposta de Althusser, que fez uma releitura do materialismo histórico de Marx, e é trazida pela AD para o posicionamento de interpretar as condições de produção “onde a história é determinante nas relações”, cujos fatores “históricos, ideológicos e sociais são determinantes de todo e qualquer discurso”, a serem pensados em sua estrutura, funcionamento e acontecimento (FLORES, NECKEL e GALLO, 2015, p. 57, 58).

Dessa maneira, “Pêcheux parte desta leitura de Althusser para propor uma das noções teóricas fundamentais para a AD, a noção de formação discursiva (FD), como decorrente de formação(ões) ideológicas [FI] correspondentes” (FLORES, NECKEL e GALLO, 2015, p. 58).

Dessa maneira, o estudo sobre o sujeito do discurso perpassa pelas dimensões histórica, política e ideológica, em uma representação da ordem da linguagem, cuja perspectiva discursiva estabelece a relação entre ideologia, que dá a ilusão de origem e evidência do discurso, e o inconsciente (ORLANDI, 2017, p.[11]).

Por esse motivo, os interlocutores da AD são “sujeitos historicamente determinados, [...] interpelados pela ideologia. Por conseguinte, as condições de produção de um texto relacionam este texto a sujeitos históricos” que podem ser identificados com uma FD e estão inscritos socialmente (INDURSKY, 2015, p. [74]).

Ou seja, uma FD é como um recorte de uma formação ideológica (FI) e, neste sentido, há o “imbricamento indissociável entre ideologia e sujeito, uma vez que, se o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, é também neste momento que ele passa a se identificar com uma formação ideológica e, conseqüentemente, a uma FD” (AIUB, 2015, p. 106).

Quanto ao discurso, de acordo com Orlandi (2000, p. 22), o que o caracteriza não é sua tipologia, mas as propriedades internas do processo discursivo, seu modo de funcionamento.

Nesse sentido, segundo Indursky (2015, p. [71]), a AD fez importantes reflexões sobre questionamentos que ultrapassam questões iniciais das inquietações dos estudos da linguagem, e que foram associadas às noções de “sujeito, autor, leitor, condições de produção, ideologia, sentido, historicidade, entre outras”.

Para tanto, no momento da leitura e análise, Orlandi (2000, p. 36, 37) esclarece que no jogo entre o mesmo e o diferente, ou seja, entre a paráfrase (o já dito) e a polissemia (a se dizer), “os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam” havendo uma relação tensa de trabalho



contínuo onde “os sentidos e os sujeitos sempre podem ser outros”, ou não, depende de como for trabalhado esse jogo de tensões.

Dessa maneira, buscaremos, no discurso de Floresta, as condições de produção sobre direitos, e as posições-sujeito presentes, considerando os processos de identificação, contra-identificação e desidentificação das FDs. Para Indursky:

Falha no ritual remete para uma falha na interpelação do sujeito, ou seja: é porque o ritual é sujeito a falhas que o sujeito pode se contra-identificar com os saberes de sua formação discursiva e passar a questioná-los. Da mesma forma, é porque o ritual está sujeito a falhas que o sujeito do discurso pode desidentificar-se com a FD em que estava inscrito para identificar-se com outra FD (INDURSKY, 2005, p.09, 10).

Quando há contra-identificação forte o suficiente para o sujeito romper com sua FD, ocorre o processo de desidentificação, filiando-se, o sujeito, a outra formação discursiva que é o processo de identificação com um discurso dominante, onde é reproduzida com fidelidade a nova ideologia, de maneira distanciada à outras possibilidades (AIUB, 2015, p. 113-115).

Assim, “é necessário levar em conta que é do encontro entre sujeito, história e linguagem que vai ser possível estabelecer as diferentes posições-sujeito e inscrevê-las no interior de uma ou mais FD”, como afirma Indursky (2005, p. 10).

Diante do exposto, temos como corpus desta pesquisa o livro “Direitos das mulheres e injustiça dos homens”, de Nísia Floresta, em sua segunda edição no ano de 1833, presente como arquivo da obra “Nísia Floresta, uma mulher à frente de seu tempo” da Fundação Ulisses Guimarães [20--]. O livro de Nísia possui VI capítulos, dentre os quais destacamos sequências discursivas buscando identificar as posições-sujeito da autora sobre a defesa da educação da mulher do século XIX, e esta para a constituição de direitos vigentes e ulteriores.

As citadas sequências discursivas são conjuntos de seguimentos, homogêneos o bastante, das condições de produção de um discurso (COURTINE, 2016, p. 20), aqui elencadas pela FD de Nísia que traz sua identificação com a defesa pela educação da mulher, cuja fidelidade é apresentada pela crítica ao que era disposto em sua época, como podemos observar na sequência discursiva abaixo:

É um grande absurdo pretender que as ciências são inúteis às mulheres, pela razão de que elas são excluídas dos cargos públicos, único fim a que os homens se aplicam. A virtude e a felicidade são tão indispensáveis na vida privada, como na pública, e a ciência é um meio necessário para se alcançar uma e outra [...] O mesmo sórdido interesse que os instiga a invadir todo poder e dignidade, os determina a privar-nos desse conhecimento, que nos tornaria suas competidoras (FLORESTA, 1833, p. 135, 136).

As condições de produção do discurso de Floresta devem-se a contra-identificação que a autora apresenta à imagem idealizada e cobrada da mulher de seu tempo, como esposa e mãe, sem direito ao espaço público e sem igualdade de oportunidades, além do rebaixamento de suas capacidades intelectuais e sociais, como podemos apreender da seguinte realidade exposta:



Se cada homem, em particular, fosse obrigado a declarar o que sente a respeito de nosso sexo, encontraríamos todos de acordo em dizer que nós nascemos para seu uso, que não somos próprias senão para procriar e nutrir nossos filhos na infância, reger uma casa, servir, obedecer e aprazer aos nossos amos, isto é, a eles homens [...] Entretanto, este sentimento é tão comum entre eles, que todos desde o Príncipe até o Súdito, se acham possuídos dele. Já fui testemunha da cena divertida de um homem de baixa condição, pondo um sinal na testa da mulher para lhe fazer ver, unicamente, dizia ele, que era seu senhor (FLORESTA, 1833, p. 123, 126).

Ao questionar os saberes de sua formação discursiva do século XIX, Floresta desidentifica-se com o papel naturalizado à mulher pela distante oferta de educação que estimulasse direitos equiparados aos homens, quando reflete que não há justificativa para que os homens colocassem a si mesmos com superioridade diante das mulheres e assim, desenvolve a seguinte análise:

Para reconhecer, pois, se as mulheres são menos capazes que os homens para as ciências, é preciso atender qual é o princípio que conduz a este conhecimento [...] deve-se supor os homens invejosos e pode-se dizer, sem temeridade, que a única razão porque nos fecham o caminho às ciências é temerem que nós as levemos a maior perfeição que eles. Todos sabem que a diferença dos sexos só é relativa ao corpo e não existe mais que nas partes propagadoras da espécie humana; porém, a alma que não concorre senão por sua união com o corpo, obra em tudo da mesma maneira sem atenção ao sexo. [...] Ora, como esta diferença não é maior entre as almas dos homens e das mulheres, não se pode dizer que o corpo constitui alguma diferença real nas almas. Toda sua diferença, pois, vem da educação, do exercício e da impressão dos objetos externos, que nos cercam nas diversas circunstâncias da vida. (FLORESTA, 1833, p. 132).

Pelo valor dado à educação é que Floresta adverte sobre a liberdade tomada das mulheres de exercerem-se como pessoas de direitos na participação da constituição social:

A falta de saber e educação, que arrasta as mulheres às ações que os homens reprovam, as priva das virtudes que poderiam sustentá-las contra os maus tratamentos que eles imprudentemente lhes fazem sofrer; faltas destas virtudes elas imaginam os meios os mais condenáveis para se vingarem de seus tiranos. Donde resulta que em geral os homens e mulheres têm, uns para com os outros, um soberano desprezo e combatem à porfia quem trata pior o outro; quando, pelo contrário, deveriam viver felizes, se ambos os sexos se resolvessem a tomar um pelo outro os sentimentos de estima, que se devem reciprocamente (FLORESTA, 1833, p. 161).

É pela desidentificação à essa condição da mulher que Nísia adota uma FD centrada na identificação com a capacidade natural das mulheres de ensinar as ciências, ocupar cargos públicos ou qualquer posto de trabalho que lhe apraza.

Para Floresta, o questionamento contrário à formação discursiva vigente fez o “já dito” ser ressignificado pela palavra “direito” em seu discurso, ao propor um novo ideal de educação para a mulher do século XIX e para posteridade, defendendo que se não as viam “nas cadeiras das Universidades, não se pode dizer que seja por incapacidade, mas sim por efeito da violência com que os homens se sustentam nesses lugares em nosso prejuízo”. Assim, afirma: “nosso sexo parece nascido para ensinar e praticar a medicina, para tornar a saúde aos doentes e a lhes conservar. O asseio, a prontidão e o cuidado e fazer a metade de uma cura; e por este motivo os homens nos deviam adorar” (FLORESTA, 1833, p. 148).



Para Nísia a mulher é naturalmente própria aos empregos, cujas provas de capacidade são evidentes, uma vez “que não há ciência, empregos e dignidades, a que as mulheres não tenham tanto direito de pretender como os homens” (FLORESTA, 1833, p. 159) que as privam por injusta opressão, o que configura as condições de produção de seu discurso sobre a educação.

A FD de Floresta apresenta-se contrária à ideologia dominante de subjugação da mulher pela contestação de direitos. Para Nísia, os homens deveriam ser obrigados a envergonharem-se de si mesmos pelas injustiças praticadas contra as mulheres e, ainda, deveriam “confessar que a menor das mulheres merece um melhor tratamento de sua parte, do que o que hoje prodigalizam a mais digna dentre nós” (FLORESTA, 1833, p. 164), situação pertinente a sua posteridade por nos encontrarmos quase 200 anos depois ainda questionando os preconceitos e discriminações lançados contra a mulher.

REFERÊNCIAS

- AIUB, Giovani Forgiarini. Quando o sujeito fal(h)a: reflexões a partir das noções de ideologia e formação discursiva. *Domínios de Linguagem*, Uberlândia, v. 9, n. 3, p. 104-119, jul./set. 2015.
- BARION, I. F. O.; MACHADO, M. C. G.; QUADROS, R. S.; COELHO, G. F. A Educação das Mulheres no Século XIX: A Contribuição de Nísia Floresta. In: *EDUCERE*, 2017, Curitiba. Formação de professores: contexto, sentidos e práticas. p. 1313-1325.
- COURTINE, Jean-Jacques. Definição de orientações teóricas e construção de procedimentos em Análise do Discurso. *Policromias - Revista de Estudos do Discurso, Imagem e Som*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 1, p. 14-35, jan./jun. 2016.
- DUARTE, C. L. *Nísia Floresta* (Coleção Educadores). 1 ed. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2010. v. 1. 166p.
- FLORES, G. B.; NECKEL, N. R. M.; GALLO, S. L. Vem pra Rua: Sentidos em deslizamento na cena política brasileira. In: Giovanna G. Benedetto Flores; Nádia Régia Maffi Neckel; Solange Maria Leda Gallo. (Orgs.). *Análise de Discurso em Rede: Cultura e Mídia*. 01 ed. Campinas: Pontes, 2015, v. 1, p. 55-72.
- FUNDAÇÃO ULISSES GUIMARÃES. *Nísia Floresta Brasileira Augusta: Uma mulher à frente de seu tempo*. [20--]. Disponível em: <https://www.fundacaoulisses.org.br/wp-content/uploads/2016/11/Nisia-Floresta-Completo.pdf>. Acesso em: 23 de julho de 2018.
- INDURSKY, F. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: Eni P. Orlandi; Suzy Lagazzi-Rodrigues (Orgs.). *Discurso e textualidade*. 03 ed. Campinas, SP: Pontes Editora, 2015, p. 33-80.
- INDURSKY, F. Formação discursiva: ela ainda merece que lutemos por ela?. In: *II Seminário de Estudos em Análise do Discurso: mapeando conceitos, confrontando limites*, 2005, Porto Alegre. O campo da Análise do Discurso no Brasil: mapeando conceitos, confrontando limites, p. 1-11.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Análise de Discurso: Princípios e Procedimentos*. 2 ed. Campinas: Pontes, 2000.
- ORLANDI, Eni Puccinelli. *Eu, Tu, Ele - Discurso e Real da História*. 02 ed. Campinas, SP: Pontes, 2017.
- ROSA, Graziela Rinaldi da. *Transgressão e moralidade na formação de uma “matrona esclarecida”*: contradições na Filosofia de Educação nisiana. Brasil, 2012, 350 f. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Vale do Rio dos Sinos, São Leopoldo, RS, 2012.
- SOUSA, Pedro de. *Análise do discurso*. Florianópolis: LLV/CCE/UFSC, 2011.